Pregão Eletrônico

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE RIO VERDE

PREGÃO 028/2022
PROCESSO 10/2022

LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem, respeitosamente perante esta d. comissão apresentar RECURSO consoante razões abaixo.

SÍNTESE DOS FATOS

Em 30/08/2022 foi realizado pregão presencial cujo objeto é "contratação de empresa especializada em serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações eletrônicas e manuais com cartão de crédito e débito, nos recebíveis oriundos das mensalidades, requerimentos e demais bens e serviços ofertados pela UniRV – Universidade de Rio Verde, com fornecimento de terminais físicos e via internet (E-Commerce) de captura de transações, pelo período de 12 (doze) meses"

A Recorrente por sua vez, após a etapa de lances apresentou melhor proposta, ofertando preço global de R\$ 875.900,00 (oitocentos e setenta e cinco mil e novecentos reais), sendo declarada vencedora.

Quando da análise da documentação da Recorrente a comissão de licitação resolveu por inabilitar a empresa sob o argumento de que "a atividade econômica da empresa não possui relação com o edital" nos termos do item 3.1.1 do edital.

Ocorre que, tal decisão não pode prosperar uma vez que a atividade econômica da empresa é compatível com o objeto licitado e toda a documentação exigida pelo processo de licitação traduz a atividade da empresa inclusive sua expertise para tanto.

Assim, conforme restará demonstrado abaixo a decisão de inabilitação da empresa deve ser reformada a sua habilitação é medida que se impõe.

DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO DE INABILITAÇÃO

Primeiramente, devemos esclarecer que dentre as atividades da Recorrente tem-se a empresa é facilitadora/subadquirente nos termos dos documentos juntados no processo referente ao presente credenciamento, quais sejam os contratos entabulados com as empresas Adiq Soluções de Pagamento S/A e Banco BS2 S/A. Para melhor compreensão segue abaixo ilustração da operação:

No caso da ilustração acima a "loja" é a Universidade de Rio Verde.

Ainda, não há atividade econômica específica quanto a atividade de "adquirente ou subadquirente" seja nos documentos da empresa ou de qualquer outra empresa.

O que temos de fato é que a empresa presta os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações eletrônicas e manuais com cartão de crédito e débito.

Inclusive, o próprio contrato social da Recorrente dispõe sobre pagamentos eletrônicos. Vejamos:

Assim, não procede a alegação da comissão de que a atividade da Recorrente não é pertinente ou incompatível com objeto licitado.

De acordo com as lições de e Joel de Menezes Niebuhr "A Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação. Licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade. Repita-se que o documento constitutivo não precisa dispor expressa e especificamente sobre o objeto da licitação." (NIEBUHR, 2011, p. 372.) (Grifamos.)

Seguindo a mesmo entendimento o TCU através do acórdão 571/2006 - Plenário:

"(...)

11. No que tange à questão de o objeto social ser incompatível com a atividade de transporte de pessoas, verifico uma preocupação exacerbada por parte dos gestores ao adotar a decisão de inabilitar a empresa. A administração procurou contratar uma prestadora de serviços devidamente habilitada para o exercício dos serviços terceirizados e, ao constatar que o objeto social da empresa Egel, na época da licitação, era "locação de veículos; locação de equipamentos; coleta, entrega e transporte terrestre de documentos e/ou materias", vislumbrou que não estava incluída a possibilidade do transporte de pessoas.

12. De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100)

13. Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal.

"(...)"

Ou seja, a descrição da atividade do contrato social da empresa nunca será idêntica ao objeto licitado e TAMPOUCO PODE SE CONSTITUIR UMA AMARRA A PRATICA DE ATOS PELA PESSOA JURIDICA.

Assim em razão de todo o exposto, bem como a natureza do objeto, os contratos bem como os atestados de capacidade técnica apresentados em atendimento aos princípios da ampla competitividade, liberdade econômica, busca da melhor proposta, e demais princípios aplicados a espécie, não há como manter a inabilitação da empresa Recorrente pois a mesma tem ampla expertise para execução do contrato.

DO PEDIDO

Ante a todo o exposto requer seja o presente recurso recebido, processado e JULGADO TOTALMENTE PROCEDENTE, com a reforma da decisão de inabilitação da empresa, uma vez que seu objeto social é compatível com o objeto licitado e o atestado de capacidade técnica apresentado dispõe sobre a capacidade de execução do contrato, e desse modo a empresa deve ser habilitada.

Termos em que.

Pede Deferimento.

Braço do Norte/SC, 02 de setembro de 2022.

LogPro Serviços Administrativos para Terceiros Ltda.

Fechar